



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1433

A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA EXPOSIÇÃO DE ARTES E TÉCNICAS DA VIDA MODERNA EM PARIS - 1937

Wellington Durães Dias
(FCL-UNESP/Assis)

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo a participação do Brasil na sétima e última exposição universal realizada em Paris no ano de 1937. Esta feira contou com a participação de 44 países e reuniu 31 milhões de visitantes durante seis meses. Concentrando obras de artistas e industriais, o evento expôs iniciativas que visavam elevar o padrão de vida humano, promover do pacifismo em um contexto de instabilidade política internacional e reaquecer o mercado internacional após a grande depressão. Mas também foi o palco de disputa e tensões entre nações e ideologias. Ignorada pela historiografia, a presença brasileira na exposição de 1937 ocorreu momentos antes do estabelecimento do Estado Novo e as vésperas da Segunda Guerra Mundial. Neste contexto de profundas transformações políticas e agitação social, o objetivo deste trabalho foi dissertar sobre a representação construída pelo governo brasileiro sobre a nação. Por meio do estudo dos objetos expostos no pavilhão, procuramos evidenciar os conflitos inerentes à sociedade brasileira. Foram utilizados como fonte periódicos brasileiros e franceses. Uma vez formadas séries completas e aventadas suas características materiais, foram lidos e os artigos sobre a exposição catalogados em um banco de dados. Por meio dos relatórios do banco, as evidências foram organizadas e interpretadas por meio de diversos conceitos. O principal empregado foi a noção de *comunidades imaginadas* de Benedict Anderson, com o qual analisamos a representação brasileira na feira. As pesquisas revelaram as contradições de uma nação que quer modernizar-se sem romper com os arcaísmos de seu passado colonial.

Palavras-chave: Exposições Universais; Impresses Periódicos; Comunidade Imaginada.

Financiamento: CNPq-CAPES.

Estava marcada para 1º de maio de 1937, dia do trabalho, a inauguração na cidade de Paris de sua sétima e última Exposição Universal. O partido de centro-esquerda *Front populaire*, que havia assumido o controle do governo francês nas eleições legislativas de 1936, herdou de administrações anteriores o projeto da organização deste monumental evento e o levou a cabo, apesar dos prazos reduzidos para sua conclusão. Mas não o fez sem muitos percalços. Segundo Sylvain Ageorges (2006, p. 164), as tensões entre os patrões e o governo em relação ao estabelecimento da semana de 40 horas de trabalho para os operários atrasaram as obras de construção dos pavilhões. A elevação do nível do rio Sena provocou inundações ao longo de todo o canteiro de obras da exposição, prejudicando o progresso dos trabalhos (CORREIO DA MANHÃ, 1937). Ocorreram frequentes ameaças de completa paralização do setor hoteleiro parisiense por parte de seus proprietários, em resposta a lei que proibia a gorjeta e estabelecia salários regulares aos empregados do ramo (CORREIO DA MANHÃ, 1937). Segundo Volker Barth e Bertrand Lemoine (2009, p. 71) os numerosos adversários de direita do *Front Populaire* passaram a mobilizar-se, formando dois partidos de oposição principais – *Le Parti Social Français* e *Le Parti Populaire Français*, cuja coalizão política acabou levando o presidente francês Léon Blun a paralisar e recrudescer com as reformas trabalhistas em nome da governabilidade, levando a greves generalizadas em todo o país. Logo, adiamentos frequentes ocorreram na inauguração da Exposição, transferida por fim para 25 de maio.

A exposição internacional de 1937 em Paris não ocorreu apenas em um contexto de instabilidade política, social e econômica francesa, mas também mundial. Agravada pela retração econômica consequência da grande depressão, pela consolidação do nazi-fascismo na Europa central e meridional, pela crise do liberalismo e da democracia, pelo medo do bolchevismo e pela inépcia da Liga das Nações em mediar conflitos, a beligerância aumentava ao redor do globo. A ocupação e militarização da Renânia por parte da Alemanha (1936), a invasão italiana da Etiópia (1935-36), o início da guerra civil espanhola (1936-39), a escalada da violência entre Japão e China (1937-45) e os expurgos na União Soviética (1933 – 1939) são apenas exemplos de como as saídas diplomáticas para impasses políticos estavam saindo do repertório

de muitos países. Diante desse quadro sombrio, o governo francês esforçou-se em organizar e estruturar um evento internacional marcado pelo pacifismo. Esperava assim criar um encontro harmonioso entre as nações, no qual seriam apresentados os mais novos produtos, técnicas, ciências e expressões artísticas, em nome da cooperação intelectual e da compreensão recíproca entre os povos, com o objetivo de deter a escalada da violência. Na prática, a Exposição de 1937 foi uma demonstração fugaz do poder econômico, político e cultural francês - naquele momento apenas uma sombra do que fora antes de 1914. Uma imensa festa de celebração da paz e do progresso capitalista sob um céu carregado de tempestade.

Outro fato desfavorável para a organização da exposição que deve ser aventado foi o empasse jurídico-burocrático com o BIE (*Bureau International des Expositions*) durante a homologação da feira em 1937. O BIE foi fundado em após a assinatura por parte de diversos países da convenção de 1928. Tal convenção orientou a formação de um órgão internacional cujo principal objetivo era regular a frequência e a qualidade das exposições, aplicando regras rigorosas para preservar a qualidade de eventos dessa natureza. Segundo Fabiano Scherer (2002, p. 121-122), um mal entendido provocou a classificação da exposição parisiense pelo órgão regulador como internacional contra a vontade de seus organizadores, categoria de segunda ordem na hierarquia de grandeza e prestígio destas feiras. A França desejava por sua vez a classificação do evento como universal, categoria de primeira ordem e de maior repercussão. “A solução para o *Front Populaire* foi realizar a Exposição Internacional conceitualmente enquanto uma Universal. Para tanto, aumentou em um terço o tamanho da feira e ampliou os investimentos” (SCHERER 2002, p.123).

Apesar do clima cada vez menos receptivo a manifestações pacifistas e dos diversos contratemplos, a Exposição Internacional de Artes e Técnicas da Vida Moderna foi um sucesso de crítica e público, significando uma importante vitória política para o *Front Populaire*. “Ocupou 105 hectares, recebeu 44 nações participantes e 31 milhões de visitantes até a data de seu encerramento, em 25 de novembro” (BARTH e LEMOINE, 2009, p.71). Empregou, segundo Eduardo Morettin (2013, p. 76) “464 artistas plásticos, 271

escultores e 269 *artistes décorateurs*". O tema da Exposição de 1937, como seu próprio título indica, foi a conjunção entre arte e técnica, o que lhe conferiu um recorte mais específico se comparada as suas antecessoras do século XIX e princípio do XX (MORETTIN, 2013, p.76). De acordo com Fabiano Scherer, a feira foi organizada da seguinte forma:

“[...] três temáticas propostas terão representatividade na exposição de 1937, ainda que de maneira desigual. A primeira no tema geral – artes e técnicas; a segunda – civilização, através de uma exposição temática sobre o pensamento e na confluência universal para a paz; a terceira – vida operária e camponesa, através do centro rural” (2002, p.120).

A direita francesa concentrou-se politicamente em torno tanto do Centro Regional e seus 24 pavilhões (com suas expressões pitorescas e folclóricas correspondentes a cada região da França), quanto dos 15 pavilhões representantes das diversas partes do império colonial francês, da Argélia até Annan. A esquerda aglutinou-se ao redor do Pavilhão do Trabalho e do Centro Rural. Apesar do *Front Populaire* procurar ressaltar a modernidade artística, ao conferir a pinturas de murais a Robert e Sonia Delaunay, para a ornamentação do Pavilhão do Ar e entregar o projeto do pavilhão dos tempos modernos a Le Corbusier, segundo Eduardo Morettin (2013, p. 76) “a falta de uma concepção artística única tornaria o ecletismo a marca da Exposição, pois o objetivo era conferir emprego ao máximo de artistas possível” .

A construção e inauguração do *Palais Chaillot* foi outro fato notável, pois passou a abrigar o *Musée de l'Homme*, detentor da maior coleção etnográfica do mundo. Simultaneamente foi inalgurado o Palais de la Découverte, museu vulgarização científica de conceitos da ótica, física, genética, astronomia, química, medicina, botânica e microbiologia. Apesar de cada nação convidada construir um pavilhão, dificilmente a maior parte deles chamasse tanto a atenção quanto os monumentais pavilhões soviético e alemão, alinhados frente a frente no plano arquitetônico da exposição. O pavilhão da União Soviética, expressão do realismo socialista, de responsabilidade do arquiteto Iofan, adornado pela colossal estátua de 65 toneladas intitulada *O Trabalhador e a Mulher Kolkhoziana*, realizada em aço-inoxidável por Véra Moukhina (AGEORGES, p. 166), alegoria das realizações da indústria e agricultura do regime de Stalin. Do outro, o pavilhão da Alemanha, concebido pelo arquiteto

Albert Speer como contraponto a construção soviética – uma torre retangular maciça adornada por uma águia de metal, cuja estabilidade fazia frente a marcha da dupla proletária, representava um “santuário do Estado”, edificado para valorizar a morte e o sacrifício necessários para a consolidação da Nação (MORETTIN, 2013, p. 78 – 79).

A importância da exposição internacional de 1937 se resume em ter sido uma das expressões culturais do espetacular embate entre os antagonismos que mais dividiram a humanidade ao longo do século XX. Logo, as mais divergentes posições políticas, econômicas, sociais e culturais foram representadas materialmente nesta exposição, tornando-a de acordo com Sylvain Ageorges (2006, p.163), mais do que todas as suas antecessoras, a “exposição do confronto das ideologias”. Nela, digladiaram-se o pacifismo e a beligerância, o provincianismo e o cosmopolitismo, a colônia e a metrópole, as artes e as técnicas, o fascismo e a democracia, o comunismo e o capitalismo, o arcaico e o moderno, o ocidente e o oriente, o centro e a periferia do capital, o nacional e o internacional. Um dos motivos para tanto foi que nela a propaganda tomou corpo por meio das artes, principalmente no campo arquitetônico (MORETTIN, 2013, p.78) e logo, a política foi estetizada.

Em janeiro de 1937, o governo de Getúlio Vargas, apesar do momento de tensão política desencadeada pelas eleições presidenciais de 1938, não deixou escapar a possibilidade de realizar uma eficaz publicidade econômica, política e cultural por meio da participação do Brasil na Exposição Internacional de Paris. A diplomacia brasileira aceitou de última hora o convite oferecido pela França, mesmo tendo em vista que os seis meses de prazo antes da abertura do evento não tornariam o resultado final como poderia se desejar. O gabinete do governo, pronunciando-se por meio do Diário Oficial da União, não expressava grandes expectativas com relação à representação que poderia criar do Brasil na exposição, a não ser a de marcar sua presença no evento para dar visibilidade a seus principais produtos comerciais:

“No grandioso certame o Brasil, por certo, não pretenderá causar deslumbramento nem tão pouco por em cheque a representação de outros países que em função de sua milenária existência, já atingiram os pontos culminantes de civilização e progresso. Mas, seguramente dará ao mundo uma exuberante demonstração de que embora sendo uma nação

por assim dizer em sua primeira infância , já atingiu entretanto o mesmo nível material, espiritual e moral das que mais o tenham conseguido” (1937, p.197).

Para cumprir estes objetivos, a primeira providência do governo federal foi criar uma comissão cuja missão era planejar e organizar a representação brasileira neste evento. Para integra-la, foram nomeados Lourival Fontes - diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), João Maria da Lacerda - diretor do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho e Celso Kelly - representante do Ministério da Educação (CORREIO DA MANHÃ, 1937, p.2). Por determinação do prefeito do distrito federal da Guanabara, Cônego Olympo de Mello, o diretor de geral de Turismo Woof Teixeira passou a contribuir com a comissão, com o objetivo de dar mais destaque a capital brasileira no interior do futuro pavilhão nacional (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1937, p.2).

Ao fim de janeiro, o ministro do Trabalho Agamenon Magalhães oficializou definitivamente por meio de uma portaria a referida comissão, incluindo entre os integrantes Walter Sarmanho e Aguinaldo Queiroz Oliveira, ambos os membros do gabinete de governo. Uma vez completa, a comissão elegeu como presidente João Maria da Lacerda e escolheu como secretário Waldemar Bandeira, chefe da Comissão Permanente de Exposições e Feiras. Para servir de representante da nação radicado em Paris enquanto durasse o evento, Getúlio Vargas nomeou como comissário geral do Brasil da exposição João Pinto da Silva (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1937, p.1), até então adido comercial da embaixada brasileira na França. A mediação e representação direta de São Paulo e Minas Gerais, dois estados estratégicos no interior da federação, ficaram a cargo de Aristides Amaral e Sylvio Alvares da Silva, respectivamente. O Departamento Nacional do Café, instituição responsável por administrar as questões relativas a principal fonte de divisas brasileira, foi representado por Carlos Pinheiro da Fonseca (CORREIO DA MANHÃ, 1937, p. 12).

Segundo a comissão, o Brasil se faria representar por meio de mostruários de mercadorias, fotografias, filmes, plaquetas, maquetes e obras de arte dispostos em seu pavilhão. Tal representação deveria expressar toda a

riqueza natural da nação – “desde o ouro, o ferro, o café, as quedas d’água, até as orquídeas e as borboletas, sem esquecer a realidade econômica do algodão, do cacau, do mate, da borracha, das madeiras, das sementes oleaginosas, das carnes, das peles, dos couros, das fibras” (DOU, 1937). Destaque especial seria dado às matérias-primas características das florestas tropicais brasileiras, como o guaraná, o babaçu, a carnaúba e a castanha do Pará. Em segundo plano as representações da indústria brasileira também seriam expostas por meio de gráficos, maquetes e fotografias.

Porém, a comissão assinalou que não realizaria a representação nacional de acordo com os moldes das Exposições Universais anteriores, pois “não perdeu de memória um só instante o fato de ser a Exposição Internacional de Paris de 1937 uma expressão do pensamento, através das artes e técnicas aplicadas ao conforto moderno” (DOU, 1937). Portanto, “a representação de tudo quanto se enquadra na categoria de material obedecerá ao espírito essencial do certame, isto é, revestir-se-á de um cunho artístico” (DOU, 1937). Na compreensão da comissão brasileira, isto significava que os produtos deveriam passar por certo grau de beneficiamento, servir de matéria-prima para manufatura de qualquer espécie, ou ser retratados por meio de alguma expressão artística – por meio da fotografia, pintura, escultura, escrita ou película cinematográfica – sem perder sua condição de mercadoria.

Mas a representação criada pelo governo brasileiro na exposição de 1937 não se limitaria apenas em preencher o espaço ocupado por seu pavilhão com mercadorias e expressões de seu progresso econômico. Outros produtos e materiais deveriam mostrar que a sintonia do país com o desenvolvimento do mercado capitalista internacional ocorria também no campo das ciências, artes e técnicas. Pois segundo a comissão organizadora, deveria ficar claro que “nas ciências e nas artes, o Brasil também singularizar-se-á na referida concorrência internacional” (DOU, 1937). Logo, as “glórias científicas” do país teriam lugar de destaque no pavilhão brasileiro”.

Representando o progresso da medicina no combate aos agentes patológicos e animais peçonhentos pela saúde pública, figurariam o *Instituto de Manguinhos* e o *Instituto Butantã*. No progresso de técnicas para a ampliação da produtividade agropecuária, estaria a *Escola de Viçosa* (atual Universidade

Federal de Viçosa). No engajamento pelo desenvolvimento intelectual, técnico e científico brasileiro por meio do ensino médio e da formação superior estaria o *Colégio D. Pedro II* e a *Universidade do Brasil* (atual UFRJ). No campo da preservação da memória, pesquisa científica, experiência coletiva e da identidade nacional testemunhariam o *Museu Nacional* e a *Biblioteca Nacional*. Nas ações públicas pelo estabelecimento do saneamento básico, estaria tanto representada a *Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense* - responsável pela drenagem dos pântanos e no combate a malária no Rio de Janeiro, quanto a *Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas* – com suas obras de proteção contra estiagens, inundações e assistência a populações atingidas por calamidades públicas no Nordeste. Para testemunhar a crescente implementação da infraestrutura nacional, seriam apresentadas ao público a estrada de ferro *Paranaguá-Curitiba*, a *Companhia de Navegação Lloyd Brasileira* e pela Base Aérea *Campo dos Afonsos*.

Materialmente, estas instituições seriam apresentadas ao público em dois setores diferentes do pavilhão, contendo quatro painéis fotográficos cada, com legendas descritivas em francês. O primeiro, intitulado “*Expressões do Pensamento: Educação, Arquitetura, Urbanismo, Ciências*”, possuiria os painéis “*Cidade Universitária (Universidade do Brasil)*”, “*Ensino secundário e profissional (Colégio Pedro II, projetos e escolas profissionais)*”, “*Ensino Primário (projetos e realizações)*” e “*Ensino Agrícola (Escola de Viçosa)*”. O segundo setor, intitulado “*Ciências*”, possuiria por sua vez os painéis “*Museu Nacional*”, “*O Brasil e a Aviação*”, “*Institutos de Manguinhos e do Butantã*” e “*Engenharia e arquitetura do Brasil*”. Dois stands relativos à aviação (composta de mapas, dados históricos e maquetes de protótipos de aeronaves) e navegação (formada por cartas náuticas, modelos de navios em miniatura e maquetes de portos marítimos e fluviais) indicariam aos visitantes a implementação dos meios de transporte no país, condição necessária para o desenvolvimento capitalista da nação.

No final de fevereiro de 1937, a comissão anunciou por meio do jornal *Correio da Manhã* (1937) que os trabalhos em relação a composição das fotografias, filmes, cartazes de propaganda, cartões postais, folhetos de cunho econômico e turísticos estavam virtualmente concluídos. A maioria dos

produtos que visavam representar as artes e técnicas brasileiras também foi providenciada, principalmente por meio de apelos que a comissão lançou aos interventores de cada Estado, aos ministérios da Guerra, da Aviação e do Exterior. Eles passaram a aguardar no Ministério do Trabalho e seguiram viagem para Paris assim que estivesse disponível o pavilhão brasileiro para abrigá-los. Foi declarado pelo Diário Oficial da União que a primeira carga de mercadorias seria despachada pela comissão por meio do navio francês *Kerguelen*, a partir do dia 20 de maio de 1937. Nela estavam listadas abajures de asas de borboletas tropicais; bolsas femininas de couro de jacaré; móveis de madeira de lei em estilo colonial confeccionados pelas casas *Laubisch & Hirsh* e *Leandro Martins*; artefatos de ágata, água marinha e outras pedras preciosas; esculturas de cerâmica, bronze e madeira; painéis decorativos representativos de cenas da agricultura; quadros fotográficos retratando o beneficiamento do café, algodão, laranja e erva-mate; fichas técnico-comerciais sobre mercadorias brasileiras, em especial sobre sementes oleaginosas como a soja.

Para completar o quadro relativo às ciências e letras, artes e técnicas - as “expressões do pensamento”, o Ministério do Trabalho responsabilizou-se por compor publicações especiais destinadas ao evento, “de forma que o estrangeiro possa ter uma noção exata de tudo quanto se referir ao Brasil, desde as mais altas manifestações de ciências e arte até aos trabalhos agrícolas e industriais extrativos” (DOU, 1937). Estariam presentes na biblioteca do pavilhão títulos como *Ciências e Técnicas*, *Poemas Brasileiros*, *Arte Brasileira*, *Literatura Brasileira*, *O Brasil em 1937*, *Museu do Rio*, *Universidade do Brasil*, *Biblioteca Nacional*, *Ensino Secundário*, *Ensino Primário*, *Instituto de Manguinhos*, *Universidade do Distrito Federal*, *Maquetes*, *Escola Naval*, *Circuito da Gávea*, *Escola de Aviação*, *Campo dos Afonsos*, *Edifício do Ministério da Marinha* e *Edifício do Ministério do Trabalho*. Exibindo estes objetos como evidências materiais, a comissão organizadora esperava afirmar categoricamente que a nação brasileira seguia inabalável pelo caminho linear do progresso:

“No campo das conquistas sociais, talvez nenhum outro país mais que o Brasil possa envaidecer-se de apresentar maior

cabedal de vitórias e de aperfeiçoamento, sem ai considerar, como é de notar, o fator relatividade do tempo e do espaço.”

O governo francês disponibilizou um terreno para a edificação da “Casa do Brasil”, no eixo Escola Militar – Torre Eiffel. Literalmente na saída da Exposição. A comissão organizadora alegou que o terreno estava em “um dos melhores pontos da região onde se vai efetuar o notável certame, em pleno Campo de Marte” (DOU, 1937).

Para a construção do pavilhão foi aberto um edital para a contratação da empreiteira, sendo escolhida a empresa geral *Société Anonyme de Construction d'Équipement et d'Entretien*. Uma vez paga pelo governo federal a importância de 803.800 francos, as obras iniciaram-se, com previsão para terminarem em 15 de junho do corrente – quase um mês de atraso em relação a abertura da Exposição. O arquiteto responsável pela criação da planta do pavilhão foi o francês Jacques Guilbert. Diplomado pelo governo federal e aluno formado pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, Guilbert foi laureado pela comissão organizadora como um “técnico possuidor de vários títulos, diplomas, medalhas, etc. tanto oficiais quanto particulares” (DOU, 1937). Sua escolha por parte do governo visava deixar explícita não apenas a existência da cooperação intelectual franco-brasileira, mas os esforços de ambas as partes por sua ampliação.

Consoante o projeto de traçados modernistas de Guilbert, a “Casa do Brasil” foi planejada com uma fachada de 30 metros de altura, “em um estilo simples mas imponente” (DOU, 1937) ornado no topo por um letreiro com o nome da nação, cercado pela esquerda e direita por bandeiras brasileiras. A escadaria de acesso ao pavilhão foi construída com mármore de Minas Gerais, terminando em um conjunto de largas portas, sobre as quais estava o brasão de armas da república em alto-relevo. A construção estava dividida em dois pavimentos - o térreo (21, 50 metros de largura por 28 de comprimento) e o superior (21,50 metros de largura por 12,47 de comprimento), ambos forrados com um assoalho de tacos de madeira do Pará e Paraná. Nele estariam um diorama panorâmico da cidade do Rio de Janeiro e um vitral com uma alegoria do Café.

Podemos concluir que a participação brasileira na exposição internacional de 1937 foi além de interesses puramente econômicos. Não tratava-se apenas de procurar novos mercados para os principais produtos de exportação – como café, algodão ou a laranja. Mas também de estabelecer publicamente os pilares projeção e representação da identidade nacional – elemento essencial para a legitimidade de um governo que o representa. Segundo Benedict Anderson, em sua obra homônima, a nação pode ser compreendida como uma *comunidade política imaginada*, intrinsecamente limitada e soberana (ANDERSON, 2008, p. 32). A nação é imaginada por que seus membros jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (2008, p.32) :

“E ela é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal “ (2008, p. 34).

Portanto o pavilhão brasileiro concentra representações materiais de uma ideia puramente abstrata – a nação. Todos os brasileiros podem visualizar na “Casa do Brasil” a viva imagem de sua comunhão, indiferente das suas diferenças sociais ou efetivas distâncias geográficas. Mais do que isso, o Brasil, por meio da seleção das representações que tornam possível a sua consubstanciação material, simbolizaram a luta da civilização – amparada nos progressos dos campos científicos da medicina, engenharia, arquitetura, agronomia, pedagogia e logística - contra a natureza, considerada a expressão do atraso e da inércia na qual a nação jazia - materializada no clima “insalubre”, nas doenças tropicais (dengue, febre amarela, leishmaniose, doença de chagas, malária) nos obstáculos geográficos (rios, vales, serras, mangues), nos territórios não colonizados (grandes extensões do Mato Grosso, Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Norte do Paraná), nas “terras improdutivas”. Porém, não ocorrem nesta representação nacional rompimentos reais com o passado colonial, procura-se apenas conciliar instrumentalmente a modernidade com o arcaísmo de um país na periferia do capital.

REFERENCIAS

AGEORGES, Sylvain. **Sur les traces des Expositions universelles - 1855 Paris 1937**: à la recherche des pavillons et des monuments oubliés. Paris: Parigramme, 2006.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, Volker; LEMOINE, Bertrand. Paris 1937: Exposition internationale des arts et techniques de la vie moderne In CENTRE DES MONUMENTS NATIONAUX. (Org.). **Paris et ses expositions universelles**: architectures, 1855 - 1937. Paris: Éditions Du Patrimoine, 2009.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 1937. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 19 ago. 2015

DOU: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Rio de Janeiro. 1937. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1937/>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 25 de maio a 25 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Uma construção luminosa: o cinema e a Exposição Internacional de 1937. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 51, p.73-93, jun. 2013. Semestral.

SCHERER, Fabiano de Vargas. **Expondo os planos**: as exposições universais do séc. XX e seus planos urbanísticos. 2002. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 202.